



**Deliberação Consema 05/2010**  
**De 17 de março de 2010.**  
**269ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema**

O **Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA**, considerando as disposições da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e do Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, **aprova** seu novo Regimento Interno, abaixo anexado.

**Francisco Graziano Neto**  
**Secretário de Estado do Meio Ambiente**  
**Presidente do Consema**

**GSF**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSEMA**

**DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Artigo 1º** - O Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA, criado pelo Decreto nº 20.903, de 26 de abril de 1983, e previsto pela Constituição do Estado de 1989, com atribuições e composição que foram definidas pela Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, passa a funcionar nos termos deste Regimento Interno.

**Parágrafo único** - A expressão Conselho Estadual do Meio Ambiente e a sigla CONSEMA se equivalem para efeito de referência e comunicação.



## **DOS OBJETIVOS DO CONSEMA**

### **Artigo 2º - São objetivos do CONSEMA:**

- I** - promover a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental;
- II** - coordenar e integrar as atividades ligadas à defesa do meio ambiente;
- III** - promover a elaboração e o aperfeiçoamento das normas de proteção ao meio ambiente;
- IV** - incentivar o desenvolvimento de pesquisa e de processos tecnológicos destinados a reduzir a degradação da qualidade ambiental;
- V** - estimular a realização de atividades educacionais e a participação da comunidade no processo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

## **DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSEMA**

### **Artigo 3º - São atribuições do CONSEMA:**

- I** - estabelecer normas relativas à avaliação, ao controle, à manutenção, à recuperação e à melhoria da qualidade ambiental;
- II** – opinar, podendo fazer recomendações, sobre a prevenção da poluição e de outras formas de degradação ambiental, sem prejuízo das competências atribuídas aos demais órgãos integrantes do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso Adequado dos Recursos Naturais-SEAQUA;
- III** - emitir pronunciamento prévio a respeito da Política Estadual do Meio Ambiente e acompanhar sua execução;



**IV** - avaliar as políticas públicas com relevante impacto ambiental e propor mecanismos de mitigação e recuperação do meio ambiente;

**V** - manifestar-se sobre a Avaliação Ambiental Estratégica das políticas, dos planos e programas ambientais;

**VI** - apreciar Estudos de Impacto Ambiental - EIA e seus respectivos Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente - RIMA, por solicitação do Secretário do Meio Ambiente ou por decisão do Plenário, mediante requerimento de um quarto de seus membros;

**VII** - manifestar-se previamente sobre a instituição de espaços especialmente protegidos e zoneamentos ecológico-econômicos, bem como sobre a instituição de planos de manejo das unidades de conservação;

**VIII** - incentivar a criação e o funcionamento institucional dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente;

**IX** - decidir, em instância administrativa, os recursos que lhe forem submetidos para apreciação, na forma do artigo 4º deste Regimento.

**X** - solicitar informações aos órgãos e às entidades da administração direta, indireta e fundacional do Estado, da União e dos municípios, cujas atividades estejam relacionadas com a proteção da qualidade ambiental, o disciplinamento e o controle do uso dos recursos ambientais, assim como aos responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle da fiscalização de atividades capazes de provocar degradação ambiental;

**XI** - apreciar o Relatório Anual da Qualidade Ambiental do Estado de São Paulo, emitindo manifestação conclusiva, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 16 da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;

**XII** - conduzir audiências públicas para debates de processos de licenciamento ambiental sujeitos a EIA/RIMA, de criação de unidades de conservação, ou de qualquer outra questão de interesse ambiental, nas hipóteses previstas no § 5º do artigo 19 da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997;



**XIII** - criar ou extinguir Comissões Temáticas e Câmaras Regionais, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente;

**XIV** - aprovar e alterar seu Regimento Interno.

**§ 1º** - Poderão ter a iniciativa para a proposição, ao Plenário do Consema, das normas elencadas no inciso I deste artigo:

a) - os participantes do plenário do CONSEMA, mediante requerimento de um quarto de seus membros;

b) - seu Presidente;

c) - as Câmaras Regionais.

**§ 2º** - Os órgãos e entidades vinculadas à Secretaria do Meio Ambiente poderão propor a edição de normas pelo CONSEMA mediante representação a seu Secretário-Executivo, que submeterá o tema à apreciação de seu Presidente.

**§ 3º** - O CONSEMA poderá manifestar-se a respeito de normas técnicas expedidas pelos órgãos e entidades estaduais do SEAQUA.

**§ 4º** - Na hipótese do inciso VI deste artigo, o CONSEMA poderá estabelecer critérios específicos para a apreciação do EIA/RIMA, manifestando-se a respeito das condicionantes do licenciamento, bem como das medidas mitigadoras e compensatórias pertinentes ao caso concreto.

**§ 5º** - Para efeito da decisão do Plenário prevista no inciso VI deste artigo, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo-CETESB enviará à Secretaria Executiva do Conselho parecer técnico e súmula sobre o EIA/RIMA em análise, e a Secretaria Executiva providenciará a publicação da súmula e encaminhará cópia dela aos conselheiros com a convocatória da reunião plenária subsequente.

**Artigo 4º** - Nos procedimentos referentes a auto de infração por desrespeito à legislação ambiental, caberá recurso especial ao CONSEMA nas seguintes hipóteses:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**I** - decisões proferidas em grau de recurso pelas autoridades ou órgãos do SEAQUA relativas a penalidades de multa de valor superior a 7.500 (sete mil e quinhentas) UFESPs;

**II** - aplicação da pena de interdição.

**§ 1º** - O recurso especial será interposto no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação ou notificação da decisão, e será dirigido à autoridade ou órgão prolator da decisão que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias, encaminhará o recurso devidamente instruído ao CONSEMA.

**§ 2º** - O recurso especial deverá ser formulado por petição fundamentada e não será conhecido se interposto fora do prazo.

**§ 3º** - O recurso especial não terá efeito suspensivo, salvo quanto à penalidade de multa.

**§ 4º** - Não caberá recurso das decisões proferidas pelo CONSEMA em grau de recurso especial.

## **DA ESTRUTURA DO CONSEMA**

**Artigo 5º** - Para o cumprimento de suas atribuições, o CONSEMA tem a seguinte estrutura:

**I** - Presidência;

**II** - Secretaria Executiva;

**III** - Plenário;

**IV** - Comissões Temáticas;

**V** - Câmaras Regionais.

## **DA PRESIDÊNCIA DO CONSEMA**

**Artigo 6º** - O CONSEMA será presidido pelo Secretário do Meio Ambiente, que terá como suplente o Secretário-Adjunto da Pasta.



**Parágrafo único** - O Secretário-Executivo do CONSEMA substituirá o Presidente e seu suplente em suas ausências e impedimentos.

**Artigo 7º** - O Presidente do CONSEMA terá as seguintes competências, além daquelas que decorrem de suas funções ou prerrogativas:

- I** - representar o CONSEMA;
- II** - dar posse e exercício aos conselheiros;
- III** - presidir as reuniões do Plenário;
- IV** - definir a pauta das reuniões do Plenário;
- V** - votar como Conselheiro e exercer o voto de qualidade;
- VI** - resolver as questões de ordem nas reuniões do Plenário;
- VII** - determinar a execução das deliberações do Plenário, por meio do Secretário-Executivo;
- VIII** - convocar ou convidar pessoas ou representantes de entidades para participar das reuniões plenárias do CONSEMA, sem direito a voto;
- IX** - tomar medidas de caráter urgente submetendo-as, na reunião imediata, à homologação do Plenário;
- X** - submeter Estudos de Impacto Ambiental-EIAs e seus respectivos Relatórios de Impacto sobre o Meio Ambiente-RIMAs à apreciação do Plenário, nos termos do inciso VI do artigo 2º da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, e do Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009.

**Parágrafo único** - O Presidente do CONSEMA poderá delegar as competências previstas neste artigo.



**DA SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSEMA**

**Artigo 8º** - A Secretaria Executiva atuará como unidade de apoio, encarregada de desempenhar atividades administrativas e propiciar os meios necessários para o adequado funcionamento do CONSEMA, dando o encaminhamento adequado às suas deliberações e recomendações.

**§ 1º** - São atribuições da Secretaria Executiva do CONSEMA:

**I** - agendar e preparar as reuniões do Plenário e das Comissões Temáticas, assim como as audiências públicas previstas no inciso XII do artigo 3º deste Regimento;

**II** - preparar a instrução de processos e expedientes que tramitem pelo Conselho;

**III** - acompanhar e manter atualizado o banco de dados da legislação e demais publicações de interesse do Conselho;

**IV** - fornecer subsídios para que o Conselho possa contribuir para a elaboração legislativa de atos relacionados à sua área de atuação;

**V** - organizar e manter sistemas de acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas pelo Plenário, pelas Comissões Temáticas e pelas Câmaras Regionais;

**VI** – dar suporte ao trabalho das Comissões Temáticas;

**VII** - dar suporte à organização e ao trabalho das Câmaras Regionais;

**VIII** - receber e dar o devido encaminhamento às proposições enviadas pelas Câmaras Regionais.

**§ 2º** - Caberá à Secretaria do Meio Ambiente prover suporte administrativo, financeiro e operacional ao Conselho, como unidade integrante do Gabinete do Secretário.





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**§ 3º** - A CETESB, por solicitação do Secretário do Meio Ambiente, designará servidores para atuar junto à Secretaria Executiva do CONSEMA.

**Artigo 9º** - A Secretaria Executiva do CONSEMA será dirigida pelo Secretário-Executivo, que se reportará diretamente ao Presidente do Conselho.

**Parágrafo único** – As funções do Secretário-Executivo do CONSEMA, de seu substituto eventual e dos responsáveis pelos núcleos previstos no artigo 11 deste Regimento serão exercidas mediante designação do Secretário do Meio Ambiente.

**Artigo 10** – São competências do Secretário-Executivo do Consema:

**I** - assistir ao Presidente do CONSEMA no desempenho de suas funções;

**II** - propor ao Presidente a pauta das reuniões do Plenário;

**III** - providenciar a instrução de expedientes e processos a serem submetidos à consideração do Presidente ou à deliberação do Plenário;

**IV** - propor o desenvolvimento de projetos, programas e atividades de interesse do CONSEMA;

**V** - conduzir e secretariar as reuniões do Plenário, lavrando as respectivas atas;

**VI** - convocar e conduzir as audiências públicas previstas no inciso XII do artigo 3º deste Regimento;

**VII** - providenciar a divulgação, no Diário Oficial do Estado, das decisões do CONSEMA;

**VIII** - convocar as reuniões das Comissões Temáticas;

**IX** - acompanhar os trabalhos das Comissões Temáticas e das Câmaras Regionais;





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**X** - coordenar o trabalho dos núcleos técnicos da Secretaria Executiva do CONSEMA.

**Artigo 11** – A Secretaria Executiva será integrada por dois núcleos técnicos:

**I** - Núcleo de Apoio Operacional;

**II** - Núcleo de Documentação e Consulta.

**§ 1º** - São atribuições do Núcleo de Apoio Operacional:

**I** - estabelecer condições técnico-operacionais para organização e realização de reuniões do Plenário, das Comissões Temáticas e das Audiências Públicas;

**II** - acompanhar o desenvolvimento das reuniões, dando suporte aos participantes e assessorando a coordenação dos trabalhos;

**III** - encaminhar e monitorar as pendências decorrentes das reuniões e das audiências públicas;

**IV** - organizar a agenda do CONSEMA e divulgá-la, inclusive por meios eletrônicos;

**V** - atender à demanda dos conselheiros no exercício de suas atividades, dando-lhes suporte para a consecução de seus trabalhos, inclusive no que tange a providências solicitadas junto aos órgãos integrantes do SEAQUA.

**§ 2º** - São atribuições do Núcleo de Documentação e Consulta:

**I** - secretariar as reuniões do Plenário e as audiências públicas e redigir convocações, editais, relatórios, atas, despachos, moções e deliberações;

**II** - preparar e revisar documentos e textos para publicação e divulgação;

**III** - registrar, sistematizar e arquivar a documentação produzida;



**IV** - organizar e conservar a memória técnico-institucional e a documentação oriunda das atividades do CONSEMA, atender à demanda interna e à de consulta pública, inclusive através de meios eletrônicos;

**V** - fazer publicar e expedir documentação na forma do Regimento Interno e das deliberações do CONSEMA;

**VI** - alimentar a página do Conselho na internet.

**§ 3º** - Os núcleos a que se refere este artigo não se caracterizam como unidades administrativas.

## DO PLENÁRIO DO CONSEMA

**Artigo 12** - O Plenário é o órgão superior de deliberação do CONSEMA e será constituído na forma do artigo 13 deste Regimento.

**§ 1º** - As decisões do CONSEMA serão tomadas por maioria simples e formalizadas por meio de deliberações, publicadas no Diário Oficial do Estado.

**§ 2º** - As deliberações do CONSEMA com base no inciso I do artigo 3º deste Regimento terão a denominação de “Deliberação Normativa”.

## DA COMPOSIÇÃO DO PLENÁRIO

**Artigo 13** - O Plenário do CONSEMA terá composição paritária entre órgãos e entidades governamentais do Estado de São Paulo e não governamentais, com sede nesse Estado, e será integrado por 36 (trinta e seis) membros e seus respectivos suplentes, na seguinte conformidade:

**I** - o Secretário do Meio Ambiente, que o presidirá;

**II** - 17 (dezessete) representantes de órgãos e entidades governamentais, sendo:



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**a)** um da Coordenadoria de Planejamento Ambiental-CPLA, que terá como suplente um representante da Coordenadoria de Educação Ambiental-CEA, ambos da Secretaria do Meio Ambiente;

**b)** um da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais-CBRN, que terá como suplente um representante da Coordenadoria de Recursos Hídricos-CRHi, da Secretaria do Meio Ambiente;

**c)** um da Secretaria da Agricultura e Abastecimento;

**d)** um da Secretaria de Saneamento e Energia;

**e)** um da Secretaria de Economia e Planejamento;

**f)** um da Secretaria da Saúde;

**g)** um da Secretaria da Habitação;

**h)** um da Secretaria da Educação;

**i)** um da Secretaria da Cultura;

**j)** um da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania;

**l)** um da Secretaria dos Transportes Metropolitanos;

**m)** um da Secretaria de Desenvolvimento;

**n)** um da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria de Segurança Pública;

**o)** um da Secretaria dos Transportes;

**p)** um da Procuradoria Geral do Estado-PGE;

**q)** um da CETESB-Companhia Ambiental do Estado de São Paulo;

**r)** um do Sistema Estadual de Florestas-SIEFLOR.



**III - 18 (dezoito) representantes de entidades não governamentais, sendo:**

**a) um da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP;**

**b) um do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo-CREA;**

**c) um da Associação Paulista de Municípios-APM;**

**d) um da Ordem dos Advogados do Brasil-OAB;**

**e) um eleito pelos Sindicatos dos Trabalhadores do Estado de São Paulo;**

**f) um da Universidade de São Paulo-USP;**

**g) um da Universidade de Campinas-UNICAMP;**

**h) um da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-UNESP;**

**i) um do Instituto de Arquitetos do Brasil-IAB;**

**j) um da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES;**

**l) um da Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo-PGJ;**

**m) um da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo-FAESP;**

**n) seis eleitos pelas entidades ambientalistas.**

**§ 1º - Somente poderão eleger representantes as entidades ambientalistas constituídas há pelo menos 1 (um) ano, nos termos da lei civil, desde que comprovem atuação efetiva na defesa ou preservação do meio ambiente, com regular cadastro junto à Secretaria do Meio Ambiente.**



**§ 2º** - Somente poderão eleger representantes os sindicatos dos trabalhadores regularmente cadastrados na Secretaria do Meio Ambiente, conforme regulamento expedido pela mesma.

**§ 3º** - Os Cadastros de Entidades Ambientalistas e de Entidades Sindicais dos Trabalhadores do Estado de São Paulo serão organizados e administrados pela Coordenadoria de Educação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente e colocados à disposição do CONSEMA.

**§ 4º** - O CONSEMA aprovará procedimentos para a eleição dos representantes das entidades ambientalistas e das entidades sindicais que integrarão o Plenário.

**§ 5º** - O CONSEMA poderá convidar para participar de suas reuniões, sem direito a voto:

a) representantes de órgãos ou entidades públicas ou privadas, cuja participação seja considerada importante em razão da matéria em discussão;

b) pessoas que por seus conhecimentos ou experiências profissionais possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

**Artigo 14** - O Governador do Estado nomeará os membros titulares e suplentes do Plenário do CONSEMA, indicados pelos dirigentes das entidades e dos órgãos representados.

**§ 1º** - O mandato dos conselheiros será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

**§ 2º** - Na hipótese de vacância, antes do término do mandato de membro do Plenário do CONSEMA, far-se-á nova designação para o período restante.



**§ 3º** - Concluídos os mandatos, os membros do Plenário do CONSEMA permanecerão no exercício de suas funções pelo prazo necessário à posse dos novos designados.

**§ 4º** - É facultada, a qualquer tempo, a substituição de membro representante de órgãos e entidades governamentais do Plenário do CONSEMA pelo Governador do Estado.

**§ 5º** - Representante de entidade não governamental somente poderá ser substituído após expressa e formal solicitação da entidade representada, que deverá ser acompanhada da indicação de novo titular ou suplente.

**§ 6º** - Após comunicação ao órgão ou à entidade de origem do Conselheiro, será deliberada pelo Plenário, mediante voto de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) de seus membros, a eventual exclusão do CONSEMA de membro titular ou suplente que:

a) não comparecer, durante o exercício do mandato, a 2 (duas) reuniões seguidas ou a 4 (quatro) alternadas, seja do Plenário seja das Comissões Temáticas, sem justificativa;

b) tiver procedimento incompatível com a dignidade da função, ou auferir vantagens ilícitas ou incompatíveis com o desempenho do mandato, apurados em procedimento administrativo próprio disciplinado em deliberação específica.

**§ 7º** - A função dos conselheiros do CONSEMA não será remunerada, sendo considerada serviço de natureza relevante.

**Artigo 15** - Aos membros do Plenário do CONSEMA representantes de entidades ambientalistas sediadas no interior do Estado fica assegurado o custeio de despesas de deslocamento para o comparecimento às reuniões ordinárias constantes do calendário ou de convocação extraordinária, tanto do Plenário quanto das Comissões Temáticas.



**Parágrafo único** - As despesas mencionadas no “caput” deste artigo serão custeadas com recursos próprios da Secretaria do Meio Ambiente, mediante comprovação da participação atestada pela Secretaria Executiva do Conselho.

## DAS ATRIBUIÇÕES DO PLENÁRIO

**Artigo 16** – São atribuições dos membros do Plenário:

- I** - discutir e votar todas as matérias submetidas ao CONSEMA;
- II** - apresentar propostas relacionadas com as atribuições do CONSEMA;
- III** - dar apoio ao Presidente e ao Secretário-Executivo do Conselho no cumprimento de suas atribuições;
- IV** - pedir vista de processos relativos a matéria constante da Ordem do Dia, desde que devidamente justificada;
- V** - solicitar ao Presidente a convocação de reunião extraordinária para apreciação de assunto relevante;
- VI** - propor, por escrito, a inclusão de matéria na ordem do dia, inclusive para reunião subsequente, bem como, justificadamente, a discussão prioritária de assuntos dela constantes;
- VII** - apresentar as questões ambientais de suas respectivas áreas de atuação, especialmente aquelas que exigem atuação integrada ou que se mostrem controvertidas;
- VIII** - desenvolver, em suas respectivas áreas de atuação, todos os esforços para implementar as medidas estabelecidas pelo CONSEMA;
- IX** - apresentar indicações;
- X** - propor ao Presidente a criação ou a extinção de Comissões Temáticas e de Câmaras Regionais;





**XI** - requerer votação nominal;

**XII** - fazer constar em ata sua declaração de voto;

**XIII** - propor o convite de pessoas de notório conhecimento para trazer subsídios aos assuntos de competência do CONSEMA.

**§ 1º** - Os conselheiros, em situações de real necessidade, poderão fazer-se acompanhar por assessores, comunicando previamente ao Secretário-Executivo se estes farão uso da palavra.

**§ 2º** - O pedido de vista previsto no inciso IV deste artigo será votado pelo Plenário e concedido se aprovado por maioria simples, podendo ser apresentado somente uma vez.

**§ 3º** - O prazo de vista de processos não poderá exceder 20 (vinte) dias e, quando houver dois ou mais requerentes, será este tempo dividido entre eles igualmente.

**§ 4º** - Concedido o pedido de vista de processos, a apreciação da matéria em causa será transferida para a reunião subsequente.

## DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO

**Artigo 17** - O Conselho reunir-se-á em plenário ordinariamente 1 (uma) vez por mês.

**Parágrafo único** - O Plenário poderá reunir-se extraordinariamente por decisão autônoma do Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

**Artigo 18** - O Presidente procederá à convocação dos conselheiros, titulares e suplentes, com antecedência de pelo menos 8 (oito) dias para as reuniões ordinárias e de 48 (quarenta e oito) horas para as extraordinárias.

**Artigo 19** - A pauta da reunião será informada via correio eletrônico e colocada com a documentação pertinente à disposição dos conselheiros no sítio da SMA na internet com a mesma antecedência requerida para a convocação das reuniões.



**Parágrafo único** - Mantém-se o envio postal através dos Correios apenas para os conselheiros que expressamente solicitarem.

**Artigo 20** - Caso o membro titular esteja impedido de comparecer à reunião plenária do Conselho, deverá, antecipadamente, comunicar isto ao seu respectivo suplente.

**Artigo 21** - As ausências dos membros titulares ou, na ausência destes, as dos seus suplentes, convocados na forma deste Regimento, deverão ser justificadas por escrito até o início da reunião, salvo caso fortuito ou força maior, que deverão ser devidamente comunicados pelos conselheiros em até 5 (cinco) dias.

**Artigo 22** - A presença dos conselheiros, para efeito de conhecimento do número para abertura dos trabalhos e votação, será verificada pela lista respectiva, assinada imediatamente antes do início da reunião.

**Artigo 23** - As reuniões serão abertas em primeira convocação com a presença mínima de  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos conselheiros e, em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, presente a maioria absoluta de seus membros.

**Artigo 24** - Verificada a presença de pelo menos  $\frac{2}{3}$  (dois terços) dos membros do CONSEMA, o Presidente declarará aberta a reunião.

**§ 1º** - Caso não se atinja o quórum de  $\frac{2}{3}$  (dois terços), aguardar-se-ão 30 (trinta) minutos e se fará a segunda convocação.

**§ 2º** - Se persistir a falta de quórum, o Presidente declarará o cancelamento da reunião.

## DO EXPEDIENTE PRELIMINAR

**Artigo 25** - Abertos os trabalhos, será feita a leitura da ata da reunião anterior, que o Presidente considerará aprovada, independentemente de votação.

**§ 1º** - O Plenário poderá dispensar a leitura da ata.



**§ 2º** - O Conselheiro que pretender retificar a ata enviará declaração escrita ao Secretário-Executivo, até 48 (quarenta e oito) horas após a sua aprovação, devendo a declaração ser inscrita na ata seguinte.

**§ 3º** - O Plenário deliberará sobre a procedência ou não da retificação apresentada pelo Conselheiro.

**§ 4º** - O Presidente e o Secretário-Executivo, em seguida à aprovação da ata, darão conta das comunicações e informações dos assuntos urgentes apresentados até o início dos trabalhos da reunião.

**Artigo 26** - No final do Expediente Preliminar, o Presidente concederá a palavra aos conselheiros que a solicitarem, para assuntos de interesse geral, durante 30 (trinta) minutos divididos entre os inscritos.

#### DA ORDEM DO DIA

**Artigo 27** - A Ordem do Dia consistirá na discussão e votação da matéria em pauta, na ordem estabelecida na convocatória.

**§ 1º** - O Presidente, autonomamente ou por solicitação de qualquer Conselheiro, poderá determinar a inversão da ordem de discussão e votação das matérias constantes da Ordem do Dia.

**§ 2º** - A discussão e votação de matéria de caráter urgente e relevante, não constante da Ordem do Dia, poderá ser nela incluída por decisão do Plenário durante o Expediente Preliminar.

**§ 3º** - Caberá ao Secretário-Executivo anunciar as matérias que deverão ser submetidas à discussão e votação.

**§ 4º** - A discussão ou votação de matéria constante da Ordem do Dia poderá ser adiada por deliberação do Plenário, fixando o Presidente o prazo de adiamento.

**§ 5º** - O Presidente decidirá as questões de ordem e dirigirá a discussão e votação, podendo, a bem da celeridade dos trabalhos, limitar o número de intervenções facultadas a cada Conselheiro, bem



como sua respectiva duração, ficando assegurado o mínimo de duas intervenções de três minutos cada.

## **DAS ATAS**

**Artigo 28** - De cada reunião do Plenário lavrar-se-á ata, assinada pelo Secretário-Executivo, que será lida e aprovada na reunião subsequente, observado o que faculta o § 1º do artigo 25.

**§ 1º** - A ata será lavrada, ainda que não haja reunião por falta de quórum, e nela serão relacionados os nomes dos conselheiros presentes.

**§ 2º** - Cópia da ata será enviada ou disponibilizada por meio eletrônico para os conselheiros 8 (oito) dias antes da data fixada para a próxima reunião.

**Artigo 29** - Das atas constarão:

**I** - data, local e hora da abertura da reunião;

**II** - o nome dos conselheiros presentes;

**III** - sumário do Expediente Preliminar, registro das proposições apresentadas e das comunicações transmitidas;

**IV** - resumo das matérias incluídas na Ordem do Dia, com a indicação dos conselheiros que participarem dos debates e transcrição dos trechos expressamente solicitados para registro em ata;

**V** - declaração de voto, se requerida;

**VI** - deliberações do Plenário.

## **DAS PROPOSIÇÕES**

**Artigo 30** - As proposições consistirão em toda matéria sujeita a deliberação, podendo constituir-se sob a forma de parecer, moção, emenda, ou indicação.



**Artigo 31** - As matérias para discussão e deliberação em plenário deverão ser apresentadas por escrito e encaminhadas à Secretaria Executiva até 15 (quinze) dias antes da próxima reunião, de acordo com o calendário anual estabelecido.

## DOS PARECERES

**Artigo 32** - Parecer é o relatório preparado pelos órgãos e entidades do SEAQUA, nos termos da legislação em vigor.

## DAS MOÇÕES

**Artigo 33** - Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação do Conselho sobre determinado assunto, aplaudindo ou protestando.

**Parágrafo único** - As moções deverão ser redigidas, concluindo, necessariamente, pelo texto a ser apreciado pelo Plenário.

## DAS EMENDAS

**Artigo 34** - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra.

**§ 1º** - As emendas poderão ser aditivas, supressivas ou modificativas.

**§ 2º** - Somente serão aceitas emendas que tenham relação direta e imediata com a matéria da proposição principal.

## DAS INDICAÇÕES

**Artigo 35** - Indicação é a proposição em que o Presidente, o(s) Conselheiro(s), uma Comissão Temática ou Câmara Regional sugerem a manifestação do Plenário acerca de um determinado assunto, visando a elaboração de deliberações específicas.



## DA DISCUSSÃO

**Artigo 36** - A discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate das matérias apresentadas.

**Artigo 37** - O Conselheiro só poderá usar da palavra nos expressos termos deste Regimento:

- a) para apresentar proposições, requerimentos e comunicações;
- b) para manifestar-se sobre a matéria em debate;
- c) para apresentar questões de ordem;
- d) para explicação pessoal, quando citado durante os debates.

**Artigo 38** - Aparte é a intervenção concedida pelo orador para uma indagação ou esclarecimento relativo à matéria em debate.

**§ 1º** - O aparte, que deverá ser breve, só será permitido se o consentir o orador.

**§ 2º** - Não serão permitidos apartes à palavra do Presidente, bem como nos encaminhamentos de votação e nas questões de ordem.

## DA VOTAÇÃO

**Artigo 39** - Anunciado pelo Presidente o encerramento da discussão, a matéria será submetida à votação.

**Artigo 40** - A votação será em regra simbólica, podendo também ser nominal, quando, a requerimento de qualquer Conselheiro, assim deliberar o Plenário.

**§ 1º** - Se algum Conselheiro tiver dúvidas quanto ao resultado da votação proclamado, poderá requerer verificação, independentemente da aprovação do Plenário.



**§ 2º** - O requerimento de que trata o parágrafo anterior somente será admitido se formulado logo após conhecido o resultado da votação e antes de se passar a outro assunto.

**Artigo 41** - As deliberações do Conselho, salvo disposição em contrário, serão tomadas por maioria dos membros presentes no Plenário.

**Parágrafo único** - O Conselheiro abster-se-á de votar quando se julgar impedido.

## DAS QUESTÕES DE ORDEM

**Artigo 42** - Toda dúvida sobre a interpretação e aplicação deste Regimento, relacionada com a discussão da matéria, será considerada Questão de Ordem.

**Parágrafo único** - As Questões de Ordem devem ser breves, formuladas com clareza, e com a indicação precisa do ponto que se pretende elucidar.

## DAS DECISÕES

**Artigo 43** - As manifestações do Conselho serão tomadas sob a forma de:

a) deliberações, quando se trata de assunto de sua competência legal, obedecidas as disposições do parágrafo 2º do artigo 12;

b) moções, obedecidas as disposições do artigo 33 e seu parágrafo único.

**Artigo 44** - As deliberações e moções serão datadas e numeradas anualmente em ordens distintas, cabendo ao Secretário-Executivo corrigi-las, ordená-las e indexá-las.

**Artigo 45** - As deliberações e moções do Conselho figurarão obrigatoriamente no texto da ata e serão publicadas na Imprensa Oficial do Estado.





## DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

**Artigo 46** - As Comissões Temáticas constituem órgãos auxiliares do Plenário e terão sua composição e atribuições específicas definidas no ato de sua criação.

**Artigo 47** - Cabe às Comissões Temáticas, de modo geral:

I - analisar, antes de qualquer deliberação do Plenário, normas e medidas destinadas à gestão da qualidade do meio ambiente;

II - acompanhar, por delegação do Plenário, o desenvolvimento de atividades e projetos relacionados com o meio ambiente;

III - executar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Plenário.

**Artigo 48** - As Comissões Temáticas serão criadas ou extintas por deliberação específica, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente, e serão integradas por número variável de membros do Plenário do CONSEMA, obedecendo-se a representação do Plenário.

**Parágrafo Único** – A composição das Comissões Temáticas poderá ser alterada por deliberação específica do Plenário, sem prejuízo do disposto no “caput” deste artigo.

**Artigo 49** - São membros efetivos das Comissões Temáticas os conselheiros titulares do CONSEMA e seus respectivos suplentes.

**Artigo 50** - Os membros efetivos das Comissões Temáticas poderão indicar representantes, comunicando-se tal fato, previamente e por escrito, à Secretaria Executiva do CONSEMA.

**Parágrafo único** - Os representantes atuarão em nome e sob a responsabilidade do membro efetivo.

**Artigo 51** - As Comissões Temáticas serão presididas por um membro efetivo, eleito dentre seus pares, com a atribuição de coordenar as reuniões e zelar pelo desenvolvimento dos trabalhos.



**Parágrafo único** - O Presidente da Comissão Temática não poderá ser substituído senão pelo seu suplente efetivo.

**Artigo 52** - De cada reunião das Comissões Temáticas será lavrada ata sucinta, a ser aprovada na reunião subsequente, na qual deverão constar obrigatoriamente as decisões tomadas.

**Parágrafo único** - Um dos participantes da reunião será escolhido para elaborar a ata referida no “caput” deste artigo.

**Artigo 53** - As Comissões Temáticas elegerão um relator para cada matéria, responsável pela elaboração do relatório específico a ser submetido à apreciação dos seus membros.

**Artigo 54** - O Relatório Final de matéria analisada pela Comissão Temática, depois de aprovado pela maioria de seus membros efetivos, será submetido ao Plenário para apreciação, devendo mencionar as eventuais divergências.

**§ 1º** - O Relatório Final será apresentado ao Plenário pelo respectivo relator da matéria.

**§ 2º** - O Relatório Final que contiver proposta de deliberação normativa será submetido à Consultoria Jurídica da Pasta, antes de ser apreciado pelo Plenário.

**Artigo 55** - As decisões parciais das Comissões Temáticas, salvo disposição em contrário, serão tomadas pela maioria dos membros presentes à reunião.

**Artigo 56** - Verificada a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão no horário estabelecido, será aberta a reunião.

**§ 1º** - Caso não esteja presente a maioria absoluta dos membros da Comissão, serão aguardados 15 (quinze) minutos, e a reunião poderá realizar-se com qualquer número de participantes, desde que não inferior a três, exceção feita àquelas convocadas para votar relatórios a serem encaminhados ao Plenário.

**§ 2º** - Não se conseguindo o quórum previsto no “caput” deste artigo em 2 (duas) reuniões especificamente convocadas para se



votar o relatório final de determinada matéria, este será inserido na pauta do Plenário, sem prejuízo do disposto no § 2º do artigo 54.

**Artigo 57** - Os conselheiros que não integrem uma determinada Comissão Temática poderão participar de suas reuniões, sem direito a voto.

**Artigo 58** – Se entender necessário para o esclarecimento da matéria, o Secretário-Executivo do CONSEMA ou qualquer integrante da Comissão Temática, por intermédio do primeiro, poderá convidar outros conselheiros, que terão direito à voz, mas não a voto.

**Artigo 59** - As Comissões Temáticas poderão convidar técnicos especializados para oferecerem subsídios e assessoria, desde que aceitos pela maioria dos membros presentes à reunião em que essa questão for discutida, devendo este fato ser comunicado à Secretaria Executiva do Consema.

**Artigo 60** - Ao membro efetivo das Comissões Temáticas que faltar a 2 (duas) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) alternadas, sem ter indicado oficialmente seu representante ou justificado sua ausência, será aplicado o disposto no § 6º do artigo 14.

**Artigo 61** - A Secretaria Executiva do CONSEMA prestará todo o apoio técnico e operacional às atividades das Comissões Temáticas, incumbindo-se, inclusive, da formalização dos seus atos e da expedição da correspondência necessária.

## **DAS CÂMARAS REGIONAIS**

**Artigo 62** - As Câmaras Regionais constituem órgãos colegiados consultivos encarregados da discussão e da elaboração de normas e de políticas ambientais de suas respectivas áreas territoriais de competência, a serem apreciadas pelas Comissões Temáticas ou pelo Plenário, visando atender às peculiaridades locais ou regionais.

**§ 1º** - As Câmaras Regionais serão instaladas em regiões do Estado que compreendam uma ou mais Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHs.



**§ 2º** - As Câmaras Regionais serão criadas e extintas pelo Plenário do CONSEMA, mediante proposta do Secretário do Meio Ambiente.

**§ 3º** - As Câmaras Regionais serão compostas paritariamente por representantes de órgãos e entidades do setor público e da sociedade civil de suas respectivas regiões.

**§ 4º** - A deliberação que criar a Câmara Regional fixará o número de seus representantes e estabelecerá quantos e quais deles serão oriundos de órgãos ou entidades governamentais e quantos, de entidades não governamentais, podendo os titulares e suplentes serem oriundos de órgãos e entidades diferentes.

**§ 5º** - Os chefes dos órgãos e das entidades que tiverem assento na Câmara Regional indicarão oficialmente seus representantes, titulares e suplentes.

**§ 6º** - Os membros das Câmaras Regionais serão nomeados pelo Presidente do CONSEMA.

**§ 7º** - O mandato dos membros das Câmaras Regionais será de dois anos, permitida uma recondução.

**Artigo 63** - As Câmaras Regionais se reunirão ordinariamente a cada 2 (dois) meses e extraordinariamente por solicitação de seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

**Artigo 64** – O Secretário-Executivo do CONSEMA convocará as reuniões das Câmaras Regionais a pedido do seu respectivo presidente, obedecendo-se o mesmo prazo e a mesma forma previstos para a convocação do Plenário.

**Artigo 65** - São membros efetivos das Câmaras Regionais os titulares e respectivos suplentes nomeados na forma do parágrafo 7º do artigo 62.

**Artigo 66** - A Câmara Regional será presidida por um membro efetivo, eleito dentre seus pares, com a atribuição de coordenar as reuniões e zelar pelo desenvolvimento dos trabalhos.



**Parágrafo único** - O Presidente da Câmara Regional não poderá ser substituído senão pelo seu suplente.

**Artigo 67** - Verificada a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara no horário estabelecido, será aberta a reunião.

**Parágrafo único** - Caso não esteja presente a maioria absoluta dos membros da Câmara, serão aguardados 15 (quinze) minutos e a reunião poderá realizar-se com qualquer número de participantes, desde que não inferior a um terço dos seus membros, exceção feita àquelas convocadas para votar relatórios a serem encaminhados ao Plenário.

**Artigo 68** - De cada reunião da Câmara Regional será lavrada ata sucinta, a ser aprovada na reunião subsequente, na qual deverão constar obrigatoriamente as decisões tomadas.

**Parágrafo único** - Um dos participantes da reunião será escolhido para elaborar a ata referida no “caput” deste artigo.

**Artigo 69** - As Câmaras Regionais elegerão um relator para cada matéria, responsável pela elaboração do relatório específico a ser submetido à apreciação dos seus membros.

**Artigo 70** - O Relatório Final de matéria analisada pela Câmara Regional, aprovado pelos seus membros, será encaminhado à Secretaria Executiva do Conselho, para ser analisado pela Comissão Temática respectiva e submetido, na forma deste Regimento, à apreciação do Plenário.

**Parágrafo único** - Não se conseguindo o quorum previsto no “caput” do artigo 67 em duas reuniões especificamente convocadas para se votar o relatório final de determinada matéria, este será encaminhado diretamente à Secretaria Executiva do Conselho, para fazê-lo tramitar na Comissão Temática específica e no Plenário, na forma deste Regimento.

**Artigo 71** - As Câmaras Regionais poderão convidar técnicos especializados para oferecer subsídios e assessoria, desde que aceitos pela maioria.



**Artigo 72** - Ao membro efetivo das Câmaras Regionais que faltar a duas reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, sem justificativa, será aplicado o disposto no § 6º do artigo 14.

**Artigo 73** - A Secretaria Executiva do CONSEMA coordenará a organização e acompanhará o desenvolvimento dos trabalhos e das atividades das Câmaras Regionais.

**Artigo 74** - As unidades do SEAQUA localizadas no município sede da Câmara Regional darão todo o suporte necessário ao funcionamento da respectiva Câmara, sem prejuízo da colaboração dos municípios que a integrem.

## DO REGIMENTO INTERNO

**Artigo 75** - O Regimento Interno poderá ser modificado pelo Plenário do CONSEMA, mediante a apresentação de proposta de Deliberação que o altere ou reforme, assinada por, no mínimo, 3 (três) conselheiros.

**Parágrafo único** - Apresentada a proposta de deliberação para alterar o Regimento, esta será distribuída aos conselheiros para exame e proposição de emendas, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da reunião em que será submetida ao Plenário.

## DISPOSIÇÕES FINAIS

**Artigo 76** - A Secretaria do Meio Ambiente prestará ao Conselho o necessário suporte técnico-administrativo, sem prejuízo da colaboração dos demais órgãos e entidades nele representados.

**Artigo 77** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente, no âmbito de suas atribuições regimentais, podendo para tanto ouvir o Plenário.